

## NOME DA PRÁTICA

359. Carta de Mulheres

## LOCALIDADE

São Paulo / SP

## AUTOR(ES)

Tribunal

## DATA DA SUBMISSÃO

23/03/2021

## CATEGORIA

Tribunal

## NOME DO TRIBUNAL

Tribunal de Justiça de São Paulo

## NOME DO PRESIDENTE

Geraldo Francisco Pinheiro Franco

## TELEFONE DO PRESIDENTE

(11) 31172256

## NOME DO MAGISTRADO

Teresa Cristina Cabral Santana

## E-MAIL DO MAGISTRADO

tcsantos@tjsp.jus.br

## TELEFONE DO MAGISTRADO

(11) 999916877

## NOME DO RESPONSÁVEL

Teresa Cristina Cabral Santana

## CARGO DO RESPONSÁVEL

Juiz

## TELEFONE DO RESPONSÁVEL

(11) 999916877

## E-MAIL DO RESPONSÁVEL

tcsantos@tjsp.jus.br

## ASSUNTO PREPONDERANTE

Violência doméstica

## ENDEREÇO

Praça Doutor João Mendes, s/n, Centro, São Paulo, SP

## PRÁTICA JÁ APRESENTADA?

Não

## EM FUNCIONAMENTO DESDE

04/2020

## WHATSAPP

(11) 999916877 - Teresa Cristina Cabral

## CONTATO PARA RECEBER CONSULTOR

-

## DESCRIÇÃO RESUMIDA

Março de 2020: pandemia da Covid-19. O período de isolamento, muito embora necessário para o enfrentamento da urgência pandêmica e sanitária, trouxe alguns desafios, entre eles, a dificuldade de acionamento e acesso a serviços da rede de enfrentamento à violência de gênero, doméstica e familiar contra a mulher, assim como a rede própria de apoio, aumentando a subnotificação. A situação preocupou o Tribunal de Justiça de São Paulo, com questões voltadas ao acesso à Justiça, principalmente para mulheres que estão em condição de maior vulnerabilidade. Para ajudar mulheres que estão em situação de violência ou pessoas que conhecem mulheres que estão em situação de violência, que precisam de informações e orientações antes de tomar uma decisão, o TJSP lançou em 7/4/2020 o projeto “Carta de Mulheres”. A pessoa preenche formulário on-line [www.tjsp.jus.br/cartademulheres](http://www.tjsp.jus.br/cartademulheres). Uma equipe especializada responde com as orientações: são juízas e servidoras que atuam na Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de São Paulo (Comesp). Nas respostas, são informados: locais para atendimento; consequências e desdobramentos em caso de notificação à rede de enfrentamento; direitos assegurados; e aspectos da Lei Maria da Penha e legislação aplicável, com especificação, inclusive, acerca de medidas protetivas de urgência. As situações noticiadas são analisadas de forma qualificada e individualizada, levando em consideração a situação de cada mulher e o tipo de violência sofrida. No “Carta de Mulheres” o sigilo é garantido. É necessário fornecer endereço no formulário apenas para que a resposta possa indicar os locais corretos para buscar ajuda. O projeto foi inspirado em ação semelhante da Justiça peruana que tem o mesmo nome - Carta de Mujeres. Em quase um ano de programa (de 7/4/20 até 23/3/21) foram 1.679 mensagens recebida, média de 5 mensagens por dia.

## **PROBLEMA A SER RESOLVIDO**

O número de solicitações de medidas protetivas de urgência caiu 8% em março de 2020, quando comparado ao mesmo período de 2019 (fonte TJSP). Era início da pandemia. Esse percentual foi ainda maior quando analisados apenas os dados da segunda quinzena do mês, que coincidiram com a determinação de quarentena no Estado – queda de 27% no período de 14 a 31/3 (3.410 de 14 a 31/3/19 / 2.486 de 14 a 31/3/20) A subnotificação dos episódios de violência doméstica é uma realidade, sendo constatado um aumento no período de urgência sanitária. Era imperiosa uma ação que pudesse contribuir para aumentar o acesso à Justiça, considerando todas as vulnerabilidades e interseccionalidades envolvidas. As causas da subnotificação são inúmeras: mulheres em situação de violência de ordinário têm dificuldade, senão impossibilidade, de buscar ajuda; não sabem o que fazer; desconhecem os desdobramentos e consequências de uma notificação, bem como procedimentos legais para cada tipo de caso e a quem recorrer; têm receio de não serem acolhidas, de perder a guarda de filhos e filhas, de serem responsabilizadas pela resposta do Sistema de Justiça ao autor da violência, da conduta do autor da violência após ser realizada a notificação. A desinformação ainda é um grande problema no combate à violência de gênero. O projeto Carta de Mulheres foi implementado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo como iniciativa destinada a ampliar o acesso à Justiça, especialmente consideradas vulnerabilidades e interseccionalidades, e a situação pandêmica, com todos os desafios produzidos. Proporcionar maior conhecimento é uma forma de tornar possível que o sistema seja acessado. Mulheres, conhecendo seus direitos e as possibilidades que surgem a partir de uma situação de violência, têm melhores e maiores condições de agir na tentativa de romper com a violência.

## **QUAL A PRINCIPAL INOVAÇÃO DA SUA PRÁTICA?**

Primeiro Tribunal a criar um canal on-line de informações para vítimas de violência doméstica. Comunicação direta e rápida, com sigilo garantido. Por se tratar de um canal oficial, as respostas levam em consideração todos os serviços disponíveis na rede de atendimento – instituições do sistema de Justiça, serviços ofertados pelo Poder Executivo, parcerias do TJSP, organizações não governamentais. A prática é facilmente replicável em outros tribunais, pois não exige tecnologia avançada e nem tampouco investimento financeiro extravagante. Trata-se de um projeto que procura incentivar e estimular a autonomia da mulher e prevenir a violência. Existem canais de denúncia on-line em outras instituições, mas o foco do Carta de Mulheres é diferente: o objetivo é subsidiar as pessoas, de maneira rápida e direta, com as informações corretas, para que possam tomar a decisão, buscar ajuda e romper o ciclo da violência. O Projeto permite garantir a autonomia da mulher que está em situação de violência; conhecendo os serviços existentes, pode decidir quais os que melhor atendem suas necessidades e têm adequação à sua realidade. A violência de gênero, doméstica e familiar contra a mulher, necessita de políticas públicas de prevenção; trata-se de uma importante ferramenta no enfrentamento da violência. O Projeto dá informações acerca de todos os serviços existentes, e, de forma preventiva, ajuda à tomada de decisão; forma de prevenir a ocorrência de novas violências a partir do conhecimento acerca de direitos e garantias que podem ser assegurados com uma decisão consciente e qualificada.

## **EXPLIQUE COMO SUA PRÁTICA CONTRIBUI PARA O APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA**

Ao oferecer um canal on-line para comunicação direta, simples e de fácil acesso, especialmente na pandemia da Covid-19, o projeto contribui para a diminuição da subnotificação de casos, prevenção da violência, acesso à justiça, além de permitir o encaminhamento correto da vítima para os diversos serviços da rede de atendimento, de acordo com o caso concreto. O trabalho está diretamente relacionado à missão do Tribunal de Justiça de São Paulo, “de resolver conflitos da sociedade, no âmbito de sua competência, para preservação dos direitos, por meio do julgamento de processos ou de métodos adequados”. Ao longo de um ano de existência do Carta de Mulheres, foram realizados mais de 1.679 pedidos de informação. - 1.106 cartas tinham como origem o Estado de São Paulo – 564 Capital e 542 interior e litoral, mas também foram recebidas demandas de outros estados e até de outros países - Dos tipos de violência relatos: 1.397 psicológica; 1.105 moral; 844 física; 415 patrimonial e 122 sexual (em algumas cartas foram relatados diversos tipos de violência) - 40% dos atos de violência foram praticados pelos ex-marido/ex-namorado e 38% pelo marido/namorado

## **NO SEU ENTENDIMENTO, SUA PRÁTICA FOMENTA A EDUCAÇÃO E A CULTURA NO PAÍS? EM CASO POSITIVO, EXPLIQUE COMO.**

A partir da orientação correta à mulher que está em situação de violência ou a qualquer pessoa que conheça mulheres que estão em situação de violência, o Carta de Mulheres: – Conscientiza a respeito do ciclo de violência doméstica e familiar, de modo a contribuir para a interrupção dessa dinâmica; – Proporciona acesso à informação para que possa ser rompido o ciclo de violência, oferecendo a oportunidade de participar plenamente da vida pública, privada e social; – Apoia mulheres vítimas de violência doméstica e familiar a conquistar autonomia, com indicação de atendimentos para inserção ou realocação no mercado de trabalho, atendimento psicológico e outros programas da rede de atendimento; – Contribui para o empoderamento das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e para o fortalecimento de sua autoestima; – Contribui para uma sociedade mais justa e solidária, e promove o bem de todas as pessoas.

## **EXPLIQUE COMO OCORREU O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA PRÁTICA.**

O projeto Carta de Mulheres foi inspirado em um projeto do Peru. Originalmente, mulheres que estavam em situação de violência ou pessoas que conhecessem mulheres que sofrem violência, poderiam enviar carta física, pelo correio, para instituições, que por sua vez, encaminhavam a demanda ao órgão responsável. No início, havia intenção de que o projeto seguisse esse formato que lhe serviu de inspiração. Com o passar dos anos e a disseminação e popularização de meios eletrônicos de comunicação, foi necessário adaptar o projeto para um formato que atendesse às mudanças e demandas sociais, inclusive sob o aspecto da sustentabilidade, iniciados estudos, análises e avaliações visando a implementação. No início de 2020, com a urgência pandêmica e sanitária trazendo inúmeros desafios e transformações, aceleramos o processo de implementação. O isolamento físico, muito embora necessário diante da pandemia, não poderia implicar em um isolamento social, sendo preciso aproximar os serviços e a rede de apoio a mulheres em situação de violência. O setor de Comunicação Social do Tribunal de Justiça elaborou a identidade visual e divulgação, e a Secretaria de Tecnologia da Informação, implementou o formulário. Na sequência, magistradas e servidoras que atuam na área de Violência Doméstica e Familiar do TJSP foram convidadas a atuar de forma voluntária. A equipe foi formada, sendo realizadas reuniões periódicas em que discutidos casos mais complexos e a política pública, com avaliação que permite adequações e adaptações, considerando as mudanças e transformações sociais. Montada a equipe e definido o formulário e as respostas, o projeto foi colocado em andamento. Há preocupação constante em formação da equipe que compõe o projeto, atualização da rede de enfrentamento à violência para que as informações sejam mais acuradas, e avaliação do projeto, para que tenha adequação à realidade social, com todas as suas transformações e mudanças.

**QUAIS OS FATORES DE SUCESSO DA PRÁTICA?**

1) Divulgação articulada – A Assessoria de Imprensa e a Comesp fazem um trabalho articulado expressivo de divulgação. A Assessoria de Imprensa atua junto aos veículos de comunicação e mídia social, gerando a veiculação de diversas matérias sobre o projeto, permitindo que a informação chegue à população. A Comesp, sob orientação da Assessoria de Imprensa, encaminha notícias, informações e dados do projeto a todas as organizações e instituições que atuam juntamente com a coordenadoria para a implementação da política pública de enfrentamento à violência de gênero, bem como a magistrados, magistradas, servidores e servidoras do tribunal, além de fornecer material, informações, e dados para que a divulgação seja feita. Alguns exemplos de matérias na imprensa: Abr/2021 TV Globo - Violência contra mulheres: Projeto do TJ-SP recebeu 1.682 pedidos de socorro na pandemia <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/videos-sp1/playlist/videos-sp1-de-sabado-10-de-abril-de-2021.ghtml#video-9425826-id> Conjur - Projeto do TJ-SP que auxilia vítimas de violência doméstica completa um ano <https://www.conjur.com.br/2021-abr-07/projeto-auxilia-vitimas-violencia-domestica-completa-ano> Fev/2021 TV Globo - Projeto Carta de Mulheres, do TJ já recebeu mais de 1,5 mil mensagens de vítimas de violência doméstica <https://globoplay.globo.com/v/9270067/> G1 - Mulheres vítimas de violência doméstica na pandemia citam maridos como principais agressores, diz TJ de SP <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/15/mulheres-vitimas-de-violencia-domestica-na-pandemia-citam-maridos-como-principais-agressores-diz-tj-de-sp.ghtml> Abr/2020 TV Globo - Casos de violência doméstica aumentam 30% depois da pandemia de coronavírus <https://globoplay.globo.com/v/8480964/> Folha de São Paulo - Pedidos de medidas protetivas para vítimas de violência doméstica caem 43% em SP na quarentena [https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/04/pedidos-de-medidas-protetivas-para-vitimas-de-violencia-domestica-caem-43-em-sp-na-quarentena.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwa%3Floggedpaywa](https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/04/pedidos-de-medidas-protetivas-para-vitimas-de-violencia-domestica-caem-43-em-sp-na-quarentena.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa%3Floggedpaywa) Estadão online - Tribunal de Justiça de SP cria campanha para ajudar a combater violência doméstica na quarentena <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,tribunal-de-justica-de-sp-cria-campanha-para-ajudar-a-combater-violencia-domestica-na-quarentena,70003264609> SBT - Quarentena provoca redução nas denúncias de violência doméstica em São Paulo <https://www.youtube.com/watch?v=rW9JI0WYOO0&list=PLfY0CqsFwoUG2iQePjKrer1xw5OtAI7H&index=13> UOL - TJ-SP cria campanha para ajudar a combater violência doméstica na quarentena <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/04/08/tj-sp-cria-campanha-para-ajudar-a-combater-violencia-domestica-na-quarentena.htm> Gazeta de São Paulo - SP tem queda de medidas protetivas a mulheres; TJ acredita em subnotificação <https://www.gazetasp.com.br/estado/2020/04/1066035-sp-tem-queda-de-medidas-protetivas-a-mulheres--tj-acredita-em-subnotificacao.html> 2) Respostas Rápidas - A equipe de juízas e servidoras voluntárias têm uma preocupação especial voltada à rapidez e agilidade no atendimento. Em alguns casos muito específicos e mais complexos, há necessidade de análise mais detida, mas, de ordinário, as respostas são enviadas no prazo máximo de 48 horas. Quando há a percepção de que há extrema urgência, as respostas são encaminhadas em questão de horas contadas a partir do momento em que o formulário chega ao conhecimento da equipe. Como a análise é qualificada e feita de forma cuidadosa, há necessidade de análise da rede de serviços que está à disposição da mulher; importante verificar se os serviços estão em

## QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?

1- Encontrar um modelo de formulário e questionário que pudessem ser usados com facilidade e permitissem conhecer a situação de violência para melhor prestar as informações; 2- Construir respostas que levassem a informação qualificada, mas de forma simples, que permitisse a pessoas leigas compreender as indicações; 3- Mapear a rede de acolhimento e proteção, que, no projeto, abrange, inclusive, rede internacional, considerando os questionamentos e usuárias possíveis; 4- Escolher a equipe que analisa os questionamentos; 5- Manter a equipe que analisa os questionamentos em formação continuada, garantindo, assim, que as respostas e análises sejam qualificadas; 6- Garantir que as análises e respostas sejam feitas de forma rápida, de forma a proporcionar agilidade, especialmente diante da urgência de alguns questionamentos e situações postas. Como a equipe é de servidoras e magistradas do Tribunal de Justiça, que não trabalham de final de semana nem feriado ou em período de recesso, foi necessário prever uma escala que garantisse o funcionamento e fornecimento de respostas inclusive nestes dias em que não há expediente forense; 7- Tornar o projeto conhecido da população, inclusive quanto à finalidade: o projeto é destinado a dar orientações e informações sobre direitos e serviços disponíveis para mulheres que passam por situação de violência ou pessoas que conheçam mulheres que passam por situação de violência.

## EQUIPE

Presidente do TJSP – desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco Comesp – desembargadoras Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida e Angelica de Maria Mello de Almeida; juízas Adriana Vicentin Pezzatti de Carvalho, Danielle Galhano Pereira da Silva, Juliana Silva Freitas, Liliana Regina de Araujo Heidorn Abdala, Livia Antunes Caetano, Maria Domitila Prado Mansur, Rafaela Caldeira Gonçalves, Renata Mahalem da Silva Teles, Teresa Cristina Cabral Santana; servidoras Erika Cristina Bomfim Tolare, Fabíola Lúcia Guimarães Anauate, Márcia Helena de Castro, Rosely Gomes da Silva Comunicação: Rosangela Sanches, Maria Cecília Abbati Souza Cruz, Carla Dazzi, Jenifer Yoko, Alexandre Marcusso, Guilherme Amorim Fujimoto, Ana Carolina de Carvalho Almeida Tecnologia da Informação – Amaro Kanashiro, Sidnei Gambarini, Ilmo Cruz Leão, Rene Fernandes Barbosa

## EQUIPAMENTOS E SISTEMAS

O projeto se vale de um formulário do Microsoft Forms para questionamentos e envio das respostas. O link do formulário é disponibilizado no site do TJSP. O formulário foi pensado e analisado cuidadosa e qualificadamente, de forma a ser facilmente preenchido, com o estabelecimento de itens necessários e, inclusive, alguns obrigatórios, para orientação mais completa possível. Permite, também, gerar estatística dos atendimentos de forma simples, fácil e rápida.

## ORÇAMENTO

A ferramenta de TI é utilizada no TJSP; não foi necessária aquisição. O trabalho das juízas e servidoras que respondem às demandas é voluntário e desenvolvido como desdobramento da necessidade de implementação de políticas públicas que atentem para o cumprimento da Lei Maria da Penha e importantes marcos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos das mulheres. A divulgação é feita na Imprensa do Tribunal de Justiça e através de distintos canais e veículos de comunicação e mídia social. A Assessoria de Imprensa do Tribunal faz a divulgação e a orientação da divulgação e de iniciativas voltadas a dar a conhecer o projeto. A Comesp – Coordenadoria da Mulher em situação de violência doméstica e familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, ajuda na divulgação, encaminhando informes, novidades e ações correspondentes ao projeto para todos os e as parceiras na implementação da política pública de enfrentamento à violência de gênero. Para divulgação e realização do projeto são usados apenas meios digitais e virtuais. Não há verba publicitária e/ou gasto extra, tendo o projeto preocupação, ainda, com a sustentabilidade, sempre usados meios digitais e virtuais para todas as manifestações e atos correspondentes à execução.

## OUTROS RECURSOS

-

## COMO VOCÊ FICOU SABENDO DAS INSCRIÇÕES PARA O PRÊMIO INNOVARE?

redes sociais, outro

